

Entrevista com José de Souza Martins

Por Isabel Furlan Jorge & Romulo Lelis

José de Souza Martins é Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde foi Professor Titular do Departamento de Sociologia e docente de 1965 a 2003. Foi Professor Visitante da Universidade da Flórida e da Universidade de Lisboa. Professor Titular da Cátedra Simón Bolívar na Universidade de Cambridge, entre 1993-1994, e “fellow” de Trinity Hall. Foi membro da Junta de Curadores do Fundo Voluntário das Nações Unidas contra as Formas Contemporâneas de Escravidão, em Genebra, designado pelo Secretário Geral, de 1996 a 2007. Recebeu três Prêmios Jabuti (1993, 1994, 2009), o Prêmio Érico Vanucci Mendes (1993), do CNPq, pelo conjunto de sua obra, e o Prêmio Florestan Fernandes (2007), da Sociedade Brasileira de Sociologia. Dentre outros livros, é autor de *Uma Arqueologia da memória social – autobiografia de um moleque de fábrica* (2011).

PRIMEIROS ESTUDOS: *Prof. Martins, conte-nos um pouco sobre sua época de estudante da graduação. O que o motivou a fazer Ciências Sociais e qual foi o impacto do saber adquirido na universidade em sua vida e em sua visão de mundo?*

JOSÉ DE SOUZA MARTINS: A vida não é feita apenas de motivos e de impactos, mas também de circunstâncias e contradições, incertezas e relutâncias. Sem elas fica difícil entender um depoimento como este. De família pobre e de trabalhadores, eu havia começado a trabalhar com 11 anos de idade, em 1950, quando terminei o curso primário e minha família voltou da roça. Era operário de uma fabriqueta de fundo de quintal, que pertencia a um operário, meu vizinho. O primeiro burguês para quem trabalhei era um operário altamente qualificado, explorado numa grande fábrica, que me explorava em sua pequena fábrica clandestina de fundo de quintal. Ele queria subir na vida e o meu trabalho de criança era um dos seus degraus. O salário mínimo do adulto era de 380 cruzeiros. Eu ganhava 100 cruzeiros por mês e trabalhava 8 horas por dia, seis dias por semana. Como a lei mandava pagar ao trabalhador menor de idade metade do salário do adulto, a pretexto de que era apenas um aprendiz, eu recebia, na verdade, pouco mais de um terço, cerca de metade do salário que deveria

legalmente receber, que já era mínimo. Ao receber o primeiro pagamento, antes de entregá-lo a minha mãe, operária, fui ao bar da esquina e me empanturrei de doces. Dentre outras coisas, comprei um sorvete de copinho, de duas bolas, um luxo na época, uma caixa de chiclé, das grandes, outro luxo, uma maria-mole e uma cocada: gastei 20 cruzeiros. Em casa, quase apanhei, pois meu salário pertencia à família. Naquela época, as crianças, ao começarem a trabalhar, na verdade pagavam aos pais o débito feito com seu sustento até ali. Em minutos, gastara 20% do que levava um mês trabalhando duro para ganhar, em serviço pesado e sujo. Isso dá a medida de quanto eu ganhava. Fui proletário de um proletário, que sabia me explorar. As famílias de trabalhadores também cobravam tributos dos filhos.

Anos depois, dei-me conta de que aquela experiência fora minha primeira aula de Sociologia: as categorias explicativas, como a de classe social, são abstratas e puramente conceituais. Na prática, a teoria é outra. Uma das funções das ciências sociais é, justamente, a de decompor e desconstruir esses enganos, as armadilhas ideológicas embutidas na indevidamente chamada de “sociologia militante”, as limitações da arquitetura conceitual. Pimenta ideológica e partidária na realidade do sociólogo não arde; só na dos outros.

Começar a trabalhar depois de completar o curso primário, como clandestinos, estava no roteiro de vida das crianças e adolescentes de minha classe social, no subúrbio operário. De certo modo, ainda é assim. Uma das fábricas em que trabalhei, já na adolescência, quando consegui minha carteira de trabalho, a Cerâmica São Caetano, estimulou-me a fazer o curso secundário noturno, para que eu continuasse trabalhando durante o dia, e bancou meus estudos numa escola particular. A empresa passava por acentuada modernização tecnológica e estava interessada na formação de técnicos de nível médio e na diversificação de um operariado sem escolarização, constituído por gente como meu padrasto, analfabeto, operário na mesma fábrica, imigrado da roça. Uma nova geração de operários estava sendo formada, em novos padrões tecnológicos, para a reestruturação produtiva dos anos cinquenta.

Ao terminar o curso secundário e ingressar no colegial, criei coragem e decidi abandonar tudo para fazer o curso normal, o curso de formação de professores primários numa escola pública. Desde quando havia feito o curso primário no povoado de Guaianases, quando morava na antiga Fazenda Santa Etelvina, na Zona Leste, hoje Cidade Tiradentes, estava tentado a me tornar um dia professor de uma escola rural. Nessa decisão, fui empurrado por uma solitária viagem de trem que fiz através

da América do Sul, em 1958, durante o mês de minhas férias na fábrica em que trabalhava. Havia lido a notícia da inauguração do Ferrocarril Brasil-Bolívia, uma ferrovia em território boliviano com que o Brasil pagava parte da dívida contraída com o governo daquele país na aquisição do Território do Acre. Pouco depois do meio dia, do dia 4 de janeiro de 1958, embarquei na estação da Luz para uma travessia de quase um mês. Fui a Bauru, onde tomei o trem da Noroeste para Corumbá, na fronteira com a Bolívia. Lá, embarquei no trem da nova ferrovia para Santa Cruz de la Sierra, uma viagem de uma semana para percorrer 600 km, atravessando o território dos índios Chiquitanos. Viagem tensa porque no trem viajava, de luto pesado, a mãe da única vítima fatal de uma revolta havida em Santa Cruz semanas antes. Em cada carro, havia um policial armado. De Santa Cruz, fui para Cochabamba de ônibus. E de Cochabamba para La Paz de trem, viagem esticada de trem até Tiahuanacu, quase na fronteira com o Peru e perto do Lago Titicaca. Dinheiro contado e pouco, nos últimos dias de viagem só tinha o suficiente para uma média e um pão com manteiga. Na volta, em Cochabamba, dormi num cortiço, numa cama de casal em que dormiam oito índios, num quarto sem a folha da porta, em noite de frio insuportável. Cheguei aqui com pneumonia. Mas eu havia descoberto a América Latina das diferenças étnicas, sociais, linguísticas e culturais. Outros povos, outros costumes. Como havia descoberto o Brasil do Pantanal e do rio Paraguai. Ao voltar, minha geografia desta América estava substancialmente mudada.

Com o coração na mão, pedi demissão à fábrica e dei adeus ao proletariado. Fiz o vestibular, que havia, para ingressar no curso normal. Passei por um período difícil, cursando, em Santo André, a Escola Normal no período da manhã e vivendo de pequenas e mal pagas ocupações, à tarde e à noite.

Foi no curso normal da escola pública, no Instituto de Educação “Américo Brasileiro”, cujos excelentes professores eram, na maioria, formados pela Faculdade de Filosofia da USP, que fui abalado por duas disciplinas ministradas em alto nível e erudição: a Sociologia e a História. As professoras, Aracy Ferreira Leite e Margarida Amyr Silva eram formadas pela USP. Comecei a pensar se não seria o caso de tentar o ingresso na Universidade, apesar da situação pessoal adversa. Na dúvida entre as duas disciplinas, frequentei um ciclo de conferências, na Biblioteca Mário de Andrade, sobre distintas profissões de formação universitária. A conferência que me fez decidir pelas Ciências Sociais foi a de uma psicóloga, renomada especialista em Psicologia Social, a Professora Noemy Silveira Rudolfer, do Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia da USP.

No curso normal eu já fazia leituras dirigidas de Sociologia e Antropologia, cada vez mais deslumbrado pelos textos que lia. Li *O Homem* (1987), de Ralph Linton, no segundo ano do curso. Aliás, a professora de História tratava de história social numa perspectiva que era, na verdade, sociológica. No meio do curso eu já estava praticamente seguro de que queria tentar o ingresso no curso de Ciências Sociais. Dei adeus ao sonho do magistério primário na roça, o meu segundo adeus. Troquei-o pelo sonho de ser professor de Sociologia em alguma escola normal do interior. Fiz o vestibular para o curso de Ciências Sociais na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, lá na Rua Maria Antonia, e fui aprovado, para minha imensa surpresa. Subi os degraus de pedra da velha escola, com os papéis na mão, para fazer minha matrícula, tomado por intensa emoção. Aquele era o portal de um outro mundo. Eu havia sido um dos primeiros membros de minha família extensa a fazer o curso primário, o segundo a fazer o curso secundário e o primeiro a ingressar num curso superior e ainda por cima na melhor Universidade do país. Era muita incerteza e era muito desafio reunidos numa pessoa só e sem arrimo. Em minha família de trabalhadores só havia certeza no trabalho, na profissão e no emprego. Estudar era uma traição, uma doença, como narro no meu livro de memórias¹, o que descobri quando minha mãe, operária, ao saber que eu saíra do emprego para estudar e ser professor, me trouxe os papéis da Previdência Social para que eu me aposentasse como inválido.

Meu ingresso na Universidade não representou, propriamente, um impacto em minha vida e no meu modo de pensar. O impacto ocorrera com as desistências, a renúncia ao destino traçado pela família e pela classe social. Ao desistir do que estava previsto, fiquei sozinho, privado das mínimas certezas que desenham os rumos de uma vida, privado das referências culturais e sociais que, no dia a dia, me diziam onde colocar o pé para o passo seguinte. O impacto estava nas perdas, no vazio de referências, e não nos ganhos.

As incertezas próprias da classe trabalhadora, de certo modo, me haviam educado para a possibilidade, ainda que não para a certeza, do inesperado e do diferente, aquilo que se propõe fora dos marcos definidos do dia a dia. Minha socialização caipira e minha socialização operária me haviam preparado para inserir-me crítica-

¹ *Uma arqueologia da memória social – autobiografia de um moleque de fábrica* (2011).

mente na pequena sociedade elitista da Universidade, de professores e alunos no geral bem nascidos e suas imensas contradições e, também, para o amplo descor-tínio crítico da vida social que as ciências sociais abrem. Quem nasce assim, nasce para o inesperado. A Faculdade de Filosofia da USP era o inesperado de minha vida.

Houve recíproco impacto. Tenho certeza de que minha história pessoal e meu modo de fazer Sociologia têm sido perturbadores, tanto para professores quanto para estudantes, não raro prisioneiros do limitado horizonte da classe média afluente. Quem tem tudo não está preparado para entender o que pensa quem pensa o mundo e o interpreta na perspectiva da economia moral da migalha, do pouco que é muito. Ver o mundo através das coisas pequenas e do pouco é sociologicamente revelador de um mundo substantivamente diverso do mundo da abundância e das quantidades. A sociedade do trabalho é o oposto da sociedade do consumo, embora face e contraface do mesmo processo social e histórico: a alegria e a tristeza são diferentes, as distâncias são outras, as proximidades são diversas, as incógnitas e os mistérios não coincidem. Sociologia? Sociologia é pra isso mesmo, descrever, explicar e compreender os mundos que há no mundo.

Creio que fui dos primeiros operários e caipiras a ingressarem na Universidade sem disfarçar as origens, sem enganar e sem enganar-se, trazendo consigo a cultura e a socialização de origem como marco legítimo de desvendamento das imensas e belas possibilidades das ciências sociais. Trouxe comigo meu orgulho de classe e de nascimento. Não entrei na USP envergonhado e cabisbaixo, relutante, tentando esconder o que era para mostrar o que não era. Mas, também, não entrei na USP apontando o dedo para os outros, para censurá-los tolamente por serem o que são, diferentes de mim, por terem nascido nas condições vantajosas em que nasceram. Seria uma tolice. Eu nunca teria aceitado ingressar na Universidade por meio dos artifícios de cotas e privilégios, se existissem, para não ter que renunciar ao meu orgulho de origem e ao desafio de provar que mesmo sendo quem eu era tinha competência para demonstrar o que poderia ser. Eu tinha imenso pavor do rótulo de coitado da porta dos fundos. Ou era juridicamente igual para entrar pela porta da frente ou não era e, então, o papo teria sido outro. A USP, para quem nela entra, abre gratuitamente a imensa porta do saber e da formação pessoal e profissional, o que num país como o Brasil é muitíssimo, um enorme privilégio, que se conquista, não uma esmola. Como esmola não seria nada, apenas uma realização pessoal cosmética.

PRIMEIROS ESTUDOS: *Como se deu sua iniciação à pesquisa na graduação? O senhor disse, certa vez, que teve o privilégio de fazer uma graduação com qualidade de pós-graduação. Conte-nos um pouco sobre o seu significado.*

JOSÉ DE SOUZA MARTINS: A Faculdade de Filosofia preparava seus alunos, sobretudo, para o magistério secundário. Quem a escolhia, fazia-o porque queria ser professor dos cursos ginásial e colegial. Essa era sua função histórica. O curso de graduação não tinha por objetivo principal formar pesquisadores, embora os alunos dele saíssem preparados também para a pesquisa científica. Em algumas áreas, como química, biologia e geologia, iam também para a indústria, aí sim como pesquisadores, personagens da revolução industrial que estava ocorrendo no país. Eu conhecera técnicos oriundos da Faculdade na Cerâmica São Caetano, nos anos cinquenta.

Isso era próprio de todos os cursos da Faculdade de Filosofia, não só dos cursos de Humanas. A formação específica de pesquisadores ocorreria na pós-graduação, que não era propriamente curso, mas um trabalho pessoal de orientação de um professor em relação a um aluno. Nesse sentido, minha vida na graduação foi exceção, foi um “a mais”, porque fui convidado a trabalhar como auxiliar de pesquisa do Professor Luiz Pereira, que o Professor Florestan Fernandes convidara para ser seu assistente, transferido da Faculdade de Filosofia de Araraquara. Luiz Pereira, que era formado em Pedagogia e não em Ciências Sociais, fora seu aluno de Sociologia da Educação e seu orientando no mestrado e no doutorado. Iria desenvolver um projeto de pesquisa sobre “A qualificação do operário na empresa industrial”, um estudo sobre a educação técnica direta e informal em nove indústrias dos ramos têxtil, mecânico e de marcenaria. Eu tinha a meu favor a experiência de trabalho em fábricas. Sabia o que era uma fábrica, pequena e grande. Isso foi decisivo na pesquisa.

Além disso, já estudante do curso de graduação, havia trabalhado no Departamento de Pesquisa de Mercado de uma grande empresa e estava familiarizado com técnicas de pesquisa e trabalho de campo. Era, também, um autodidata. Ainda na escola secundária, me dedicara à pesquisa histórica no Arquivo do Estado e no Arquivo Municipal de São Paulo e até mesmo publicara um livro de história local. Já havia aprendido a fazer buscas documentais e a fazer leitura paleográfica de documentos antigos, conhecia a literatura histórica, a linguagem de outras épocas e a caligrafia arcaica. Eu havia conseguido da fábrica autorização para me ausentar uma manhã de sábado por mês, numa época em que os arquivos e bibliotecas abriam também nesse horário. Talvez por isso, toda a pesquisa de Luiz Pereira nas fábricas de São

Paulo acabasse ficando a meu cargo. Conversávamos diariamente sobre os resultados, mas não sobre o modo de fazer a pesquisa, embora nela seguisse o roteiro e as técnicas por Luiz definidos. Aprendi muito nessa relação, pois Luiz dominava amplamente a teoria sociológica e era um interlocutor educativo, formador. Aluno da graduação, eu tinha o privilégio de conversar diária e extensamente com ele sobre temas sociológicos, bibliografia e leituras.

A graduação, com o nível do que seria hoje a pós-graduação, era uma característica dos cursos de graduação da Faculdade. Eram cursos teoricamente densos, que obrigavam a muitas leituras, muito mais do que hoje, numa época em que quase não havia livros traduzidos. Por isso, é compreensível que alunos de Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Florestan Fernandes, já publicassem textos antes da conclusão da graduação. O próprio Florestan fizera isso. Foi nessa condição que fez a pesquisa e escreveu “As trocinhas do Bom Retiro”, o primeiro estudo sociológico brasileiro sobre a infância e a sociabilidade infantil, que Roger Bastide mandou publicar. Foi nessa condição que Octavio Ianni fez a pesquisa que resultou em seu artigo sobre “O samba de terreiro em Itu”. Meu primeiro artigo² foi um trabalho de aproveitamento num curso optativo de Octavio Ianni, de Sociologia do Desenvolvimento, no terceiro ano do curso, que ele mesmo decidiu publicar na *Revista Brasiliense*, de Caio Prado Júnior, em 1963, um ano antes de que eu concluísse o curso de Ciências Sociais.

PRIMEIROS ESTUDOS: *Quais foram os professores e os cursos que o senhor fez durante a graduação que o marcaram? Quando o senhor decidiu dedicar-se exclusivamente à carreira acadêmica?*

JOSÉ DE SOUZA MARTINS: O elenco das disciplinas obrigatórias, até 1962, era bem mais amplo do que o de hoje. Em virtude de um movimento dos alunos, várias disciplinas foram equivocadamente suprimidas ou tiveram sua duração reduzida: Lógica, História da Filosofia, Psicologia Social, Complementos de Matemática, Estatística. No fundo, foi uma reforma que começou a afastar as nossas ciências sociais, especialmente a Sociologia, da pesquisa empírica e do próprio magistério e a favorecer

² “O Plano Trienal e a marcha da Revolução Burguesa” (1963).

o ensaísmo pretensamente teórico e especulativo. O elo entre o teórico e o empírico começou a se romper. Os danos se acumulariam lentamente.

Antes da reforma, as disciplinas eram anuais, em dois semestres, o que levava a uma convivência demorada com o professor de cada uma. Não me passa pela cabeça que alguns dos meus professores tivessem me marcado mais do que outros. Todos eram muito exigentes consigo mesmos e eram professores possuídos pela paixão da ciência e do ensino. Aos alunos era impossível deixar por menos, evitar o contágio dessa paixão. Havia diferenças de estilos, de ênfases, de perspectiva e de experiência. Mas todos eram fascinantes, mesmo aqueles de disciplinas menos atraentes, como Complementos de Matemática, do paciente Professor Castanho, e Estatística, do não tão paciente, mas exigente e didático Professor Lindo Fava. Eram cursos obrigatórios, requisitos para o trato da pesquisa quantitativa.

É claro que o maior interesse dos estudantes era pelas ciências sociais propriamente ditas. Era menor o interesse pelas disciplinas auxiliares, o que talvez explique o erro da reforma de 1962. A Sociologia era muito popular e o primeiro professor a entrar na sala de aula de minha turma foi Fernando Henrique Cardoso, que dava eruditas aulas de Introdução à Sociologia. No segundo ano, havia Octavio Ianni, responsável pela disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa, na verdade um curso de teoria sociológica, com ênfase nos métodos lógicos e explicativos de Durkheim, Weber e Marx, além de extenso interesse nas técnicas da sociologia artesanal, e nos métodos qualitativos, de autores como C. Wright Mills. Marialice Mencarini Foracchi e Maria Sylvia de Carvalho Franco encarregavam-se de seminários teóricos, ensinavam-nos a decompor e esmiuçar um texto, a lê-lo.

Ruy Coelho, assistente de Fernando de Azevedo, que já se aposentara, dava um curso sobre organização e estrutura social. Fizera parte, com Antonio Candido, Paulo Emílio Salles Gomes, Décio de Almeida Prado, Gilda de Mello e Souza e Lourival Gomes Machado do grupo de alunos da Faculdade de Filosofia que, com apoio de Alfredo Mesquita, publicara a marcante revista de crítica literária, *Clima*, entre 1941 e 1944. O mesmo grupo seria ativo na edição do famoso Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*, que ao longo de sua existência acolheria textos de professores e alunos da Faculdade de Filosofia, como Florestan Fernandes, Roberto Schwartz e Bento Prado Júnior, e jovens iniciantes, Eduardo de Oliveira e Oliveira, um dos primeiros negros a nela ingressar, e eu. Ruy Coelho dava o curso de teoria da organização social e nos punha em diálogo com Claude Lévi-Strauss (fundador da nossa Cadeira de Sociologia, então ocupada por Florestan Fernandes) e com Marcel

Mauss. Portanto, uma Sociologia aberta para as influências decisivas da Antropologia. Florestan Fernandes, que era o catedrático e que fizera mestrado e doutorado em Antropologia, entrava no fim do curso com sua pluralista e espantosa erudição sociológica.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, aluna de Roger Bastide, já famosa por seus estudos sobre milenarismo, estava na França no ano em que, no calendário escolar, eu teria oportunidade de fazer o seu curso. Apanhado no meio das mudanças da reforma curricular de 1962, não tive condições de fazer o curso de Azis Simão, que vinha do grupo dos intelectuais militantes do antigo movimento operário, como Edgard Leurenroth. O curso de Azis fora encaixado em período de minha formação anterior àquele em que já me encontrava. Tornamo-nos amigos. Esse é um detalhe importante para compreender aquela época: muito da formação dos alunos de graduação vinha também das conversas informais do corredor e do saguão da escola, dos encontros casuais. O livro era uma extensão da sala de aula. Não fui aluno de Antonio Candido, que se transferira para o curso de Letras. Mas com facilidade me familiarizei com sua obra sociológica através dos comentários, das sugestões dos outros professores e das leituras. O mesmo se deu com a obra de Maria Isaura e de Azis.

Antropologia começava com a bela filigrana interpretativa do curso de Antropologia Física de Gioconda Mussolini e as teorias da evolução. Ela fora aluna de Claude Lévi-Strauss. Está citada em *Tristes trópicos*, um relato da experiência antropológica do grande antropólogo no Brasil, que é também um relato dos tempos iniciais da Faculdade de Filosofia e da USP. O conceito internacional de Gioconda, apesar de ter publicado pouco, ficou evidente quando George Simpson impôs como condição a um editor brasileiro que só autorizaria a tradução para o português de seu famoso livro *The meaning of evolution* se a tradutora fosse Gioconda Mussolini.

Ruth Cardoso, Eunice R. Durham e Amadeu Lanna davam seminários de leitura de monografias antropológicas, decompondo textos, ensinando-nos a descobrir e compreender como é que se produz um relato científico na Antropologia. Egon Schaden, o catedrático, ministrava um curso centrado na cultura guarani, o que nos dava a impressão de estarmos no terreiro de uma aldeia, pois era um curso bem etnográfico.

Oliveiros da Silva Ferreira dava História das Ideias Políticas e Célia Galvão nos iniciava nos fundamentos de uma Ciência Política que estava apenas nascendo. Paula Beiguelman, responsável pela cadeira, dava um curso de Ciência Política que tinha

como referência a organização política do Brasil, um curso marcante e definitivo, sobre a dimensão histórica dos fatos políticos discretos. Uma lição de metodologia sobre a reconstrução histórica dos fatos políticos e as conexões de sentido entre fatos cronológicos e dispersos no marco das grandes significações do processo político.

Dentre os cursos preliminares, das chamadas disciplinas auxiliares, havia o curso de História da Filosofia, de João Cunha Andrade, poeta, autor de *A Árvore da Montanha*, um dos primeiros alunos da Faculdade a se tornar dela docente, que havia publicado seus primeiros poemas na *Revista do Grêmio da Filosofia* e fora preso político na época do Estado Novo. Era um professor divertidamente empenhado em demolir o senso comum pequeno-burguês dos recém-chegados àquele verdadeiro templo do grande mundo do conhecimento. De Economia Política, as reflexões introdutórias eram feitas por Wladimir Pereira. Mas, foi decisivo o curso da Professora Diva Benevides Pinho, que se interessava por cooperativismo e que junto com o Professor Teodoro Henrique Maurer Júnior, de Filologia Românica, fundou na Faculdade uma cooperativa de livros, de que participavam alunos e professores. Eu era filiado a essa cooperativa, jeito de comprar livros com descontos e até mesmo a prestações. Fui, também, aluno do último professor da Missão Francesa, Paul Hugon, de Economia.

Havia, ainda, como disciplinas obrigatórias, Geografia Humana e História Econômica e Social Geral e do Brasil. Os professores de Geografia tinham fortíssima tradição de trabalho de campo, que lhes fora deixada por professores como Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines, da Missão Francesa, que ministrara a aula inaugural da USP, em 1934. Minha turma foi aluna de Lea Goldenstein e de Pasquale Petrone, que se esmeravam na narrativa teoricamente articulada, a realidade geográfica exposta aos nossos olhos como construção humana plena de sentido, mediação de que a Sociologia não tinha como abrir mão. As aulas de Geografia eram as únicas ministradas num dos poucos edifícios da Cidade Universitária, que nascia, o da chamada Reitoria Velha. A viagem era uma epopeia para os alunos do noturno, como eu: de bonde até Pinheiros, de ônibus até o Butantã e, depois, a pé pela rua de terra e de barro até o prédio das aulas. Como havia provas orais, além das escritas, em dia de prova era preciso voltar a pé até Pinheiros, em altas horas, para alcançar o último bonde destinado ao centro.

De História, fui aluno de Fernando Novais, dono de uma espantosa erudição, formado na tradição da historiografia francesa, que com Fernand Braudel e outros

fora tão marcante na fundação da Faculdade de Filosofia e da USP. Fernando Novais tem como traço forte de sua atividade pedagógica não “baratear” a reconstrução e a interpretação histórica. Nenhum detalhe da complexa realidade histórica pode ficar fora da explicação. Tinha e tem particular ojeriza pelas simplificações do marxismo vulgar, de que nos fala Lukács. Novais participava do grupo de leitura de *O Capital*, de Marx, com Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Marialice Mençari Foracchi, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Paul Singer, Ruth Cardoso, Roberto Schwartz e outros. E, como os demais, era exigente na questão do método e na qualidade das leituras.

PRIMEIROS ESTUDOS: *Como foi percorrer o caminho da graduação para o mestrado e o doutorado em Sociologia, desde a escolha dos temas até a elaboração propriamente da pesquisa? Comparadas às regras e aos procedimentos da pós-graduação atualmente, eram muito diferentes as condições de um estudante de pós?*

JOSÉ DE SOUZA MARTINS: O caminho da pós-graduação depende, decisivamente, de uma formação sólida obtida na graduação. É uma bobagem imaginar que a pós é apenas uma promoção automática ao nível seguinte. Não o é. Quem não tem formação não saberá formular temas cientificamente apropriados à investigação e à explanação. Uma tese não é uma lição de casa. A pós depende, também, de maturidade, de competência para tomar decisões apropriadas aos dilemas que se apresentam no correr da pesquisa e da redação da tese. Muitos acham, equivocadamente, que o orientador tem a obrigação de “dar papinha na boca do nenê”. Puro engano. O orientador é um interlocutor. Se o aluno não sabe fazer e fundamentar as perguntas das sessões de orientação, não só estará perdendo tempo, como estará tomando tempo.

Na época de minha pós-graduação, iniciada em 1965, ela não era estruturada como hoje. Não havia aulas. Os pós-graduandos eram pouquíssimos. Tratava-se de uma relação pessoal e artesanal entre orientador e orientando, o que estimulava um acentuado autodidatismo. Tanto no mestrado (que se chamava especialização) quanto no doutorado fui, em razoável medida, um autodidata. O eventual candidato, já na graduação, preparava um projeto de pesquisa, cuja densidade teórica era a condição de sua aceitação, e o apresentava ao orientador escolhido, na verdade ao catedrático. Se aceito, recebia recomendações de leituras e de procedimentos e periodicamente voltava para um colóquio com o orientador. E só voltava com tarefas cumpridas, leituras feitas, etapas da pesquisa realizadas. No início, não havia pro-

priamente prazos, como não havia bolsas de estudo. O aluno de pós não era considerado aluno e já atuava no magistério secundário ou mesmo universitário.

Ao ser convidado para me tornar auxiliar de ensino do Professor Florestan Fernandes, antes mesmo de terminar a graduação, já ficou implícito que eu faria a especialização. Em função da crise política que alcançou a Faculdade em 1964 e seu agravamento em 1969, com as cassações de professores, acabei fazendo teses sobre temas alternativos e não sobre os extensos resultados das complicadas pesquisas de campo que havia feito especificamente para as teses. Minha trajetória foi completamente diferente da trajetória da pós-graduação de hoje e mesmo da pós-graduação daquela época. Na própria graduação, eu havia aprendido a formular temas de tese, isto é, indagações teóricas para, com a pesquisa empírica, preencher lacunas do conhecimento e da interpretação. De certo modo, ao ler uma notícia de jornal ou ao testemunhar uma situação, eu já conseguia traduzir o que lia e via num problema de investigação. Do mesmo modo, conseguia identificar indagações investigativas na própria literatura sociológica. Isso é decisivo na formação de um pesquisador de qualquer área.

A urgência, invocada tanto por Florestan, no mestrado, quanto por Luiz Pereira, que o substituiu, no doutorado, impôs-me a aceleração da conclusão tanto da dissertação quanto da tese, depois. A prisão de Florestan, pelo Exército, em 1964, no recinto da própria Faculdade, deixou-o preocupado com o destino das Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia. Seu assistente, Fernando Henrique Cardoso, logo depois do golpe, havia sido o primeiro a ser procurado por investigadores da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Iam prendê-lo quando estivesse entrando na sala de aula, no período da tarde. Organizamo-nos e nos distribuímos pelos arredores da Faculdade para alertá-lo de que a polícia o estava esperando. Enquanto, por engano, detinham o Professor Bento Prado Júnior, Fernando Henrique foi avisado, procurando refúgio na casa de amigos, de onde partiu para o exílio. Foi a nossa primeira perda. Ele só retornaria alguns anos depois, meses antes do movimento de 1968 e seria cassado em abril de 1969. Foi uma perda enorme, sobretudo para os alunos, porque era uma grande vocação de professor.

Florestan insistiu com os poucos pós-graduandos, que eram também seus auxiliares de ensino, para que se apressassem. Na eventualidade de que fosse demitido ou cassado, queria assegurar que o maior número possível de seus assistentes ainda

permanecesse na Universidade. Queria evitar aqui que ocorresse o que acontecera na Universidade de Brasília, de que foram varridos todos os docentes de Humanas para lá levados por Darcy Ribeiro ou porque demitidos ou porque se demitiram. Para Florestan, ficar era teimar e resistir. Se quisesse acabar com a tradição da Sociologia da USP, a ditadura teria que demitir um a um os docentes, o que teria muita repercussão.

Para o mestrado, eu havia feito, em 1965, uma pesquisa extensa na zona rural da Alta Sorocabana, da Baixa Mojiana e do Alto Paraíba sobre as repercussões sociais das transformações na agricultura, comparando agricultura tradicional e agricultura moderna como eixos de mudanças sociais e de mentalidade. Por aquela época, no próprio grupo de Sociologia da USP, pensava-se que a falta de inovações e de mudanças sociais decorria de uma resistência social à mudança por parte das populações definidas, então, como rústicas. A questão se propunha, portanto, no âmbito cultural, como variante de uma situação de anomia.

Preparei um projeto baseado na hipótese teórica oposta, em confronto com a Sociologia da cadeira à qual eu me vinculava, a de Florestan. Minha hipótese era a de que a agricultura tradicional, não moderna, a que não seguia padrões de racionalidade econômica, porque baseada no mero costume, tinha uma função no próprio processo de acumulação de capital e, portanto, uma função moderna. Seus padrões, supostamente atrasados, não constituíam resistência à mudança. A dinâmica e o âmbito da mudança é que eram diversos dos supostos nos estudos realizados até então. O tradicionalismo, em minha hipótese, não era anticapitalista, embora o agricultor estivesse distante do empresário de tipo weberiano. Ele não acumulava necessariamente, mas era peça decisiva no processo de acumulação e, portanto, da modernização, que viabilizava, mas da qual não se beneficiava. Mais tarde, eu reuniria os trabalhos resultantes das pesquisas que fiz com base nessa suposição teórica no livro *Capitalismo e tradicionalismo* (1975). Eu havia deslocado o eixo teórico da discussão de *moderno* para *capitalista*. Meus primeiros artigos resultantes dessa pesquisa foram publicados por Florestan Fernandes, em 1969, na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* da USP, e na revista *América Latina* do Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais, do Rio de Janeiro. Ainda que, curiosamente, não citados, esses textos foram influentes na chamada crítica da razão dualista, a que me filiava na linha de leitura crítica da literatura desenvolvimentista que Octavio Ianni

propusera em seus cursos aqui na Faculdade e em seus livros desse período, cursos que frequentei e livros que li.

Na situação de emergência, Florestan perguntou-me se não havia condições de abreviar o tempo de conclusão da redação do mestrado. Talvez, utilizando os dados de pesquisas monográficas que eu havia feito para o Professor Maurício Vinhas de Queiroz, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, no projeto sobre Grupos Econômicos no Brasil. Maurício havia estado na USP, ainda durante minha graduação, e conversado com Florestan e com Fernando Henrique Cardoso sobre seu pioneiro projeto, já em andamento. Pedira indicação de auxiliares de pesquisa para realizar a parte do projeto relativa a São Paulo. Fernando Henrique indicou meu nome e me convenceu de que a participação no projeto era de interesse do grupo de Sociologia da USP.

Naquele tempo, falava-se muito em capitalismo sem atentar para suas especificidades em diferentes sociedades. Na Universidade, capitalismo começava a ser um tema também de investigação. Por via diversa, era, porém, tema político-partidário do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e suas dissidências, que influenciava os debates políticos e chegava até os corredores e o saguão da Faculdade. O PCB passava adiante a concepção de capitalismo difundida pelo Partido Comunista Soviético, concepção que atendia menos as conveniências da análise e da interpretação e atendia mais as conveniências estratégicas da geopolítica da Guerra Fria. Nessa concepção, havia um capitalismo inaceitável, o do imperialismo americano, e um capitalismo aceitável, o da chamada burguesia nacional, que seriam antagônicos por suposto conflito de interesses. A suposição, puramente ideológica, era a de que a burguesia nacional não tinha alternativa senão a de ser progressista e, portanto, nacionalista, opondo-se ao capital e aliando-se ao proletariado. Além disso, a burguesia nacional teria um inimigo interno, o latifúndio, porque supostamente feudal, que impedia a difusão de modernas relações capitalistas de trabalho no campo e, portanto, impedia a ampliação do mercado interno.

O desenvolvimentismo convivía bem com essas suposições. O problema é que não havia pesquisas, e menos ainda pesquisas sérias, sobre o que era concretamente o capitalismo no Brasil. Fernando Henrique Cardoso, em sua tese de doutorado sobre *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, de 1961, orientada por Florestan Fernandes, e Octavio Ianni, em sua tese de doutorado sobre *Metamorfoses do escravo*, também de 1961 e também orientada por Florestan Fernandes, começavam a

investigar e a interpretar as singularidades do capitalismo brasileiro. Faziam-no na perspectiva realmente dialética e numa linha sociológica e não-economicista, em clara discrepância e oposição ao marxismo vulgar. A questão teórica que se pôs, na tese de Fernando Henrique, foi a da contradição entre a forma mercantil da economia e as relações escravistas de produção. O que só era possível entender com base na premissa metodológica da totalidade, a contradição como constitutiva da realidade e não como anomalia.

A pesquisa de Maurício Vinhas de Queiroz agregava preciosas e decisivas informações sobre o capitalismo no Brasil e robustecia a linha de investigação inaugurada no grupo de Florestan. Sua pesquisa já mostrara que o nosso era um capitalismo organizado com base em grupos econômicos, de que as empresas eram apenas células, e que os grupos econômicos se desdobravam numa ampla teia de relacionamentos que não excluía as empresas e os grupos estrangeiros. Era nesse âmbito que se podia falar, apropriadamente, de classe social, muito mais do que uma junção de empresários capitalistas individuais.

Eram várias as indicações de associação de interesses entre o capital nacional e o capital estrangeiro, confrontando frontalmente as formulações meramente ideológicas que falavam em burguesia nacional em oposição a imperialismo. De fato, nessa perspectiva, a pesquisa de Maurício revelou que a chamada burguesia nacional era, no Brasil, constituída de apenas dois empresários, o que anulava sua suposta força e competência políticas e históricas. A categoria não tinha nem historicidade nem protagonismo, o que se confirmará com o golpe de Estado de 1964. No fundo, nem mesmo existia uma burguesia nacional, embora existisse um nacionalismo ideológico.

Os grupos econômicos estavam também no campo, na agricultura, sem que houvesse em seu interior qualquer estranhamento do tipo “capitalismo contra feudalismo”. Caio Prado Júnior foi dos primeiros a ler, citar e comentar os relatórios iniciais da pesquisa, publicados como artigos na *Revista do Instituto de Ciências Sociais*. Esses resultados confirmavam sua fundamentada e histórica interpretação de que não se podia falar em feudalismo no Brasil, tema que compareceu várias vezes às páginas de sua *Revista Brasiliense*. De uma família de empresários e grandes fazendeiros de cana e de café, desde o século XVIII, tinha uma visão “de dentro” do que era efetivamente o capitalismo no Brasil.

Em função do projeto de Maurício, pesquisei em detalhe a formação e o processo de acumulação de capital de onze grupos econômicos multibilionários brasileiros e sugeri que meu colega de turma de graduação, Antonio Carlos de Godoy, assumisse pesquisa similar em relação a outros onze grupos. Sobre cada um, redigi pequena, mas documentada, monografia, a mais densa das quais era a relativa ao Grupo Matarazzo, um grupo emblemático do capitalismo brasileiro. Godoy também preparou seus relatórios e escolheu um de seus grupos, o grupo Votorantin, para a monografia de mestrado.

Sugeri ao Professor Florestan que, temporariamente, eu poderia deixar de lado a pesquisa realizada na roça e transformar a monografia sobre o Grupo Matarazzo num estudo de caso. Por essa época, o livro de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, de 1959, era lido e relido nos cursos de Ciências Humanas e de Economia e se tornara a obra referencial da releitura de nossa história econômica e da explicação nacional-desenvolvimentista do capitalismo brasileiro. Eu havia notado, porém, vários problemas nessa obra. Em primeiro lugar, ele não fizera pesquisa original. Apenas reinterpretrara, como é lícito, os dados de dois autores clássicos de nossa história econômica: Roberto Cochrane Simonsen, engenheiro, industrial e fundador da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e Caio Prado Júnior, que não foi citado. Lembrado da omissão pelo próprio Caio Prado, reconheceu esse débito intelectual.

Mas havia também uma inconsistência que afetava a própria tese de Furtado. O livro não tem um capítulo sobre o processo da industrialização brasileira, embora trate da transição para a economia industrial. O vácuo é preenchido por uma hipótese imaginosa, a de que a industrialização se tornara possível em decorrência da crise do café de 1929, o declínio das exportações e a adoção da política de compra e queima dos estoques de café pelo Governo Provisório, originado da Revolução de Outubro de 1930. Recurso, aliás, para socialização das perdas da crise, já que os tributos da sociedade inteira por esse meio pagavam aos cafeicultores os prejuízos da crise. O conseqüente fluxo de renda, assim gerado, manteve a demanda de industrializados, que já não podendo ser importados, pela falta das divisas oriundas da exportação, acabou atendida pela produção industrial interna. Uma política keynesiana antes de Keynes e de sua teoria do emprego, o governo gerando um fluxo de renda que se tornou, inconscientemente (como ele reiteradamente assinala), um fator de transição para a economia industrial.

As pesquisas que eu estava fazendo, há bom tempo, contrariavam amplamente a hipótese de Furtado. Essa hipótese explica a consolidação da indústria, mas não o processo de industrialização. Se já não houvesse uma base industrial instalada, os efeitos industrialistas da política de socialização das perdas não teriam existido. Minha pesquisa mostrava que o surto industrialista no Brasil se dera com o fim da escravidão, particularmente durante o chamado período do Encilhamento, logo após a proclamação da República, com a inflação que gerara demanda sem gerar divisas. Muito antes, portanto, do período indicado pelo economista paraibano. A chamada Grande Imigração, de 1886-1888, trouxera para o Brasil, em período muito curto, milhares de imigrantes estrangeiros, sem contar os nativos e os escravos libertos, que, na dinâmica da economia do café, entraram quase que abruptamente no mercado de consumo. No plano individual, o nível de inserção no mercado de consumo era relativamente modesto, mas a soma da população nessa condição era suficientemente significativa para provocar uma verdadeira mudança no eixo da economia. Sem contar que, sociologicamente, o trabalhador livre, como pessoa, mentalidade e categoria social, revolucionava a sociedade inteira.

Também aí havia outro problema, envolvendo os vários autores que trataram da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Difundiu-se por meio deles a concepção de que o trabalho escravo fora substituído pelo trabalho assalariado e não simplesmente pelo trabalho do trabalhador juridicamente livre. Na verdade, a abolição tinha sido cautelosa e laboriosamente preparada, por várias décadas, pelos representantes políticos dos fazendeiros, especialmente os de café, o mais destacado dos quais foi, sem dúvida Antonio da Silva Prado, parente e antepassado, relativamente próximo, de Caio Prado Júnior. O trabalho escravo fora, na verdade, substituído pelo regime de colonato, que combinava várias relações arcaicas de trabalho, como a prestação gratuita de serviços, a renda em trabalho e a produção direta dos meios de vida. Só em pequena parte essas modalidades de uso da terra foram complementadas pelo pagamento propriamente salarial da colheita de café pela família do colono.

Esse fluxo relativamente parcimonioso de dinheiro foi suficiente para criar, já no século XIX, um estímulo à constituição de um mercado interno de produtos industrializados que não dependia de ingressos obtidos com as exportações agrícolas para que os produtos consumidos fossem a contrapartida de divisas estrangeiras.

Esse capitalismo de dupla face caracterizou-se por ter parte da economia voltada para fora e dependente das exportações e parte voltada para dentro e dependente de formas pré-modernas de organização do trabalho. Ele se manteve como característico de nossa economia até praticamente o fim do regime democrático, em 1964. Para o capital e a indústria era irrelevante que os consumidores de suas mercadorias utilizassem em suas compras dinheiro originário ou não da parte salarial da remuneração do colonato. Isto é, aquela que era apenas a fração capitalista de uma relação formalmente não-capitalista, disponível em grande parte porque a reprodução da força de trabalho agrícola dependia pouco de dinheiro e no essencial não vinha do salário, mas da produção direta dos meios de vida. Constituiu-se o que chamei, num livro posterior³, a reprodução capitalista de relações não capitalistas de produção, na dialética de tempos históricos desencontrados e articulados, tão própria do capitalismo no Brasil.

A falta da pesquisa propriamente empírica e original, por outro lado, não permitira que Furtado conhecesse e lesse o relatório do Ministro da Fazenda do Governo Provisório, o banqueiro paulista José Maria Whitaker, publicado em 1933. Nele é descrito minuciosamente o mecanismo da compra e queima dos estoques de café e a clara explicitação da intenção de que por esse meio se assegurasse o fluxo de renda para manter a economia em funcionamento. Era como se o café queimado tivesse sido vendido, gerando a contrapartida de um fluxo de renda e emprego. Portanto, não era uma política inconsciente nem era política que se constituía em fator da industrialização, que já ocorrera por fatores outros. O fluxo de renda manteve o mercado e o ampliou, que já era abastecido parcialmente e, em relação a alguns produtos, como tecidos, quase que completamente, pela produção industrial interna.

Havia relatórios e estudos sobre essa industrialização desde pelo menos a Primeira Guerra Mundial. Celso Furtado não recorreu a eles e não recorreu, também, aos relatórios americanos, que podem ser definidos como de espionagem econômica, feitos nos anos 1920. Furtado tampouco deu atenção aos livros do banqueiro alemão de J. F. Normano, *The struggle for South America: economy and ideology*, de 1931, publicado no Brasil, em 1944, e *Evolução econômica do Brasil*, aqui publicado em 1939. Normano utilizara preciosas fontes americanas em seu estudo. Fiz uma

³ *O cativo da terra* (2010).

lista dessas fontes e escrevi para o Department of Commerce, em Washington, para saber como poderia fazer para ter acesso e ler os relatórios, publicados, já que não tinha condições de deslocar-me do Brasil. Para minha surpresa, semanas depois recebi um telefonema do Consulado Americano em São Paulo dizendo-me que os volumes haviam sido enviados dos Estados Unidos pelo correio diplomático e estavam à minha disposição para consulta no próprio Consulado. Os relatórios indicavam que, alarmados com a vitalidade da industrialização brasileira, já antes da crise de 1929, os americanos haviam enviado pesquisadores para observar as características e o grau de desenvolvimento de nossa indústria, que já era significativo, como se vê pelas informações detalhadas por eles aqui colhidas.

Portanto, eu tinha um conjunto de dados e de razões para sustentar uma hipótese, oposta à de Furtado, para explicar a industrialização brasileira. O caso Matarazzo revelava-se um caso emblemático para seu estudo numa perspectiva original e sociológica. Florestan aceitou minha alternativa e me pus a trabalhar.

Em poucas semanas, eu tinha a dissertação quase pronta. Na fase final, em 1966, quando ainda a estava redigindo, fui preso e fichado pelo DOPS, responsável pela repressão política. Era a época das primeiras grandes passeatas contra a ditadura, de uma das quais eu havia participado, justamente na véspera da prisão. Florestan viu nessa prisão um indício de agravamento do risco em que se encontrava seu grupo e voltou a me pressionar para conclusão do trabalho. Pouquíssimo tempo depois, já entregue a tese, eu estava na sala de aula dando prova para meus alunos de graduação e ele me mandou chamar: sem prévio aviso. A banca já estava composta e reunida para me examinar. Fiz a defesa do mestrado sem pompa nem circunstância. Depois de três horas, voltei para a sala de aula, para onde Florestan mandara outro professor, que me substituíra no meio tempo.

Para o doutorado, meu projeto era o de uma ampla pesquisa sobre a modernização na agricultura do Alto e do Médio Paraíba, a transição da agricultura caipira para a agricultura empresarial, a crise da cultura caipira a partir de seu eixo econômico e a criatividade social do caipira alcançado pelas mudanças sociais profundas que estavam ocorrendo. Pela primeira vez, no Brasil, foi utilizada uma amostragem estatística baseada no levantamento aerofotogramétrico do Estado. Consegui um pequeno financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para as despesas do deslocamento da equipe de pesquisa e sua alimentação, além de uma pequena remuneração a cada pesquisador. Nenhum aluno do

nosso curso de Ciências Sociais quis participar do projeto. Já se difundira aqui o preconceito reacionário de que intelectual que é intelectual, mesmo sendo ainda apenas intelectual em projeto, tem o traseiro no Brasil e a cabeça e o interesse em Paris, não no rústico mundo caipira de lugares como o Alto Paraíba. Pesquisa de campo e ainda por cima na roça era tida como coisa de sociólogos menores, por isso mesmo supostamente incapazes dos grandes e pretensiosos voos dos nascidos para as elucubrações exclusiva e pretensamente teóricas. Esqueciam-se de que um primoroso e referencial estudo da Sociologia brasileira tratava da roça: era de Antonio Candido, *Parceiros do Rio Bonito*, publicado não fazia muito tempo. E que um nome já internacional da Sociologia brasileira e da USP era o de Maria Isaura Pereira de Queiroz, destacada estudiosa dos processos sociais do mundo rústico, especialmente de seus movimentos messiânicos e milenaristas, assunto em que se tornara autoridade mundialmente reconhecida. Ela teria trabalho traduzido para o inglês por Eric J. Hobsbawm.

Acabei recrutando uma equipe de estudantes do curso de Ciências Sociais, da Fundação Santo André, para me acompanharem. Foi um mês inteiro de trabalho intenso e de variada e rica experiência de leitura e interpretação do material colhido no próprio campo. Quando terminei a pesquisa, Florestan e outros professores já haviam sido cassados e afastados da Universidade. Luiz Pereira, que o substituíra, achou que não haveria tempo para esperar pela conclusão da análise dos dados de uma pesquisa tão complexa quanto a que eu realizara. Como eu havia feito, fazia algum tempo, uma pesquisa sobre o início da imigração italiana para São Paulo e a formação do Núcleo Colonial de São Caetano, sugeri que eu utilizasse esse material e fizesse um estudo monográfico sobre o tema para o doutorado.

Também aí havia um arcabouço teórico possível, mesmo em face da pobreza do material empírico: a sociabilidade comunitária de um grupo de imigrantes originário de uma mesma aldeia e aqui diluído nas relações societárias que estavam se constituindo entre nós, no processo da grande e radical transformação social da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. A concepção de comunidade é uma concepção fundante da Sociologia: como o demonstrou Robert Nisbet, é uma das ideias-elementos do pensamento sociológico. Embora em Weber decorra residualmente da categoria de sociedade, em Durkheim é um conceito central, articulador do sistema conceitual durkheimiano. O grande teórico da comunidade é o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, que lhe analisa toda a densa consistência.

Embora comunidade apareça nas diferentes correntes da Sociologia como contraponto de sociedade, oposição e diferenciação radical uma em relação a outra, preferi trabalhar com hipótese distinta, de fato mais na linha de Tönnies do que na de outros autores: a comunidade como momento e tensão dos processos societários, não propriamente como estrutura, mas como utopia e, portanto, como mediação autodefensiva no interior mesmo dos processos societários. Dei, por isso, à tese o título de *A comunidade na sociedade de classes*. Ela seria publicada com o título menos significativo de *A imigração e a crise do Brasil agrário* (1973).

PRIMEIROS ESTUDOS: *Prof. Martins, o senhor começou a dar aulas no curso de Ciências Sociais enquanto ainda concluía seu doutorado. A Faculdade de Filosofia passava por uma situação adversa, com a aposentadoria compulsória de muitos professores da casa, como Florestan Fernandes. Há uma espécie de vácuo institucional a respeito da história desse período, quer dizer, há uma ruptura no continuum da história da nossa Faculdade ainda muito mal esclarecida, entre o final da década de 60 e o início de 80. Gostaríamos que o senhor nos contasse um pouco sobre essa sua experiência e resgatasse o contexto da Faculdade naquele período.*

JOSÉ DE SOUZA MARTINS: Comecei a dar aulas, como auxiliar de ensino, em abril de 1965, alguns meses após a conclusão do curso de graduação, convidado pelo Professor Florestan. Portanto, antes de fazer o mestrado, em 1966. Todos os docentes daquela época começavam a carreira desse modo. Preparavam e defendiam suas teses já na carreira docente. Já era assim antes da ditadura. Títulos de mestre e doutor não eram requisitos para que alguém se tornasse docente. Na verdade, ainda hoje não é. Os catedráticos, que eram vitalícios, escolhiam para assistentes seus melhores alunos e os nomeavam. Tinham, também, o poder de demiti-los ou de colocá-los em disponibilidade, no caso de que já tivessem obtido estabilidade na função, uma forma de demissão branca: eram afastados da cátedra a que serviam, mas não do serviço público. O critério atual, de exigência do título de doutor para ingresso na carreira (não, necessariamente, para contratação), foi estabelecido com a reforma universitária.

A ruptura, o vácuo, veio com o fim da cátedra, que ia acontecer de qualquer modo. Era uma exigência do movimento estudantil de 1968, não era, de fato, uma carência da Universidade. Os estudantes queriam o fim da cátedra porque imaginavam

que com isso criariam um sistema universitário baseado na paridade de professores e alunos e por esse meio seria possível ganhar a Universidade para a revolução, vago e indefinido projeto ideológico e partidário. Demoliram a cátedra, que era a instituição que sustentava o sistema universitário, e nada puseram no lugar. A cassação dos professores, nos primeiros meses de 1969, se deu após o movimento de 68 e após a desocupação da Faculdade de Filosofia, na Rua Maria Antônia. A reforma universitária ocorreu depois das cassações. Na verdade, o movimento estudantil demoliu a Universidade criada em 1934 e aplainou o caminho para uma reforma de que estavam ausentes alguns dos grandes nomes da USP, num contexto dominado pelo medo, pela repressão e pela incerteza. O sistema de departamentos, no lugar da cátedra, não democratizou o poder na Universidade. Antes, instituiu uma problemática estrutura oligárquica na gestão das disciplinas e na administração dos serviços departamentais.

Embora a presença dos cassados estivesse na prática vetada na Universidade, a cassação tinha efeitos difusos e seu maior ou menor alcance dependia da ousadia dos que ficaram. Aí ocorreu o que cada vez mais me parece ter sido a segunda cassação dos docentes já cassados, uma cassação branca, interna, um veto não explícito ao contato entre os que ficaram e os que saíram, um suspeito silêncio sobre a obra dos que haviam sido afastados. A segunda cassação não foi feita pela “direita”, foi feita pela “esquerda”. É evidente que a ditadura não tinha o poder de interromper o relacionamento pessoal entre os cassados e os que ficaram. Mas me dei conta de que havia um veto quando incluí na proposta de banca examinadora do mestrado de um dos meus orientandos o nome do Professor Octavio Ianni, cassado. A comissão de pós-graduação não aceitou a indicação. Fui severamente advertido pelo Professor Luiz Pereira, membro da comissão, que substituíra o Professor Florestan no grupo de Sociologia. Ele praticamente me acusou de ser um irresponsável porque, com o atrevimento, punha em perigo o grupo inteiro. Na verdade, não punha em perigo ninguém. Indicar não era crime. A indicação era perfeitamente legal, aos cassados estava vedado o emprego público, mas não a prestação de um serviço gratuito em universidade pública, como era o exame de tese. Além do que, Ianni havia sido consultado e aceitara o risco. O aluno havia expressamente assumido o risco de, no limite do absurdo, ter sua tese examinada e seu mestrado invalidado, obrigado a fazer outro.

Vários de nós continuamos a manter contato regular com os que se foram, a trocar ideias, a receber sugestões e orientação. Em 1972, por iniciativa do historiador Professor Jaime Pinsky, da Faculdade de Filosofia de Assis, depois UNESP, e mais tarde da UNICAMP, foi fundada a revista *Debate & Crítica* – Revista Quadrimestral de Ciências Sociais, publicada pela Editora Hucitec. Foi constituído um Conselho Editorial com Pinsky, Florestan Fernandes e eu. Luiz Wejs, jornalista e antigo aluno da Faculdade e dos professores cassados, tornou-se o jornalista responsável, mais tarde substituído por Tamás Szmrecsányi, que também fora aluno de Florestan e seria depois professor de economia da UNICAMP. Foi formado, ainda, um Conselho de Redação: Anatol Rosenfeld, Antonio Candido, Carolina Martuscelli, Dante Moreira Leite, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Francisco Iglesias (Minas Gerais), Luiz Pereira, Maria da Conceição Tavares, Octavio Ianni, Pasquale Petrone, Paul Singer, Roberto Cardoso de Oliveira (Brasília), Sérgio Buarque de Holanda e Thales de Azevedo (Bahia). Dos quinze membros, onze eram ou haviam sido professores da Faculdade de Filosofia da USP ou haviam sido seus alunos. Dos dezoito membros dos dois conselhos, quatro haviam sido cassados. Constituíamos um elo entre os que foram cassados e os que permaneceram, uma espécie de Universidade “fuori muri”, viva nas reuniões do Conselho. Além desses nomes, a revista estava aberta à colaboração dos que dele não constavam.

Em 1972, começava o pior período da ditadura, da repressão, das perseguições políticas, da tortura e dos desaparecimentos. Sempre convém lembrar, por meio do livro *Tortura nunca mais*, de que constam mortos e desaparecidos da USP, que muitos deles eram de unidades ou departamentos oriundos da antiga Faculdade de Filosofia, sobretudo Psicologia e Letras. A revista aguentou até 1975, quando a Polícia Federal mandou chamar a Brasília o diretor-responsável para comunicar-lhe a imposição da censura prévia, já vigente em vários jornais e revistas. Seriam publicados apenas os artigos lidos e liberados pela polícia. *Debate & Crítica* foi a única revista acadêmica e científica brasileira a sofrer a imposição. Aqui na Faculdade, no meio acadêmico e entre os próprios estudantes não houve a menor reação. Decidimos, então, resistir isoladamente à censura e fechar a revista, para tentar reabri-la alguns meses depois, quando saísse do foco de interesse da repressão.

Nós a reabriríamos em 1976, com o nome de *Contexto*. Suprimimos o Conselho Editorial, Jaime Pinsky assumiu a direção, Tamás continuou como diretor responsável, Florestan e eu passamos para o Conselho de Redação, porém mantendo as funções próprias do Conselho Editorial. Com a aquiescência dos membros do antigo

Conselho de Redação, o novo passou a ter outra composição para configurar a maquiagem e não expor as pessoas que participaram do primeiro Conselho. Os nomes eram agora, além de nós dois e de Francisco Iglésias, Sergio Buarque de Holanda e Thales de Azevedo, do Conselho anterior: Alfredo Bosi, Brás José de Araújo, Carlos Nelson Coutinho, Carlos Osmar Barriero, Celso de Rui Beisiguel, Elza Berquó, Enio Candotti, Fúlvia Rosenberg, Gianfrancesco Guarnieri, Gilda de Mello e Souza, Guilherme Rodrigues da Silva, Luís Antônio Cunha, Manuel Correia de Andrade, Moacir Gracindo S. Palmeira, Newton-Freire Maia, Nilo Odália, Oriowaldo Queda, Perseu Abramo, Roberto Cardoso de Oliveira, Simão Mathias, Tito Ryff e Zulmira Ribeiro Tavares. A revista seria publicada até 1978. Durante sete anos havíamos conseguido manter essa ponte, “por fora”, entre cassados e permanecidos.

O “vácuo”, que é um vácuo de memória, era, portanto, preenchido de vários e eficazes modos, não obstante o desinteresse da instituição, em particular do que era, então, o Departamento de Ciências Sociais, pela preservação dos vínculos com os cassados. Isso se refletiria na dolorosa situação que se apresentou, em 1979, com a anistia decretada pelo regime militar. Ela não era automática. Cada cassado deveria dirigir-se ao governador do Estado e manifestar por escrito o seu interesse em ser anistiado. Em São Paulo, o governador era Paulo Maluf, um político gestado pela ditadura. Quem não se manifestasse, seria aposentado definitivamente, agora com vencimentos integrais, já que a aposentadoria das cassações era proporcional ao tempo de serviço e em vários casos insuficiente para garantir a sobrevivência do professor cassado e sua família. O departamento manifestou um interesse puramente formal e superficial pelo retorno dos cassados, que se ressentiram e decidiram não retornar. Com exceção de Paula Beiguelman, de Ciência Política, os outros professores de Ciências Sociais declararam expressamente que preferiam não voltar. Só Fernando Henrique Cardoso estava disposto a voltar e a lecionar gratuitamente na Faculdade, recusando-se, porém, ao constrangimento de pedir anistia a Maluf. Aposentava-se definitivamente. Era claro o ressentimento de todos com o ostracismo, o abandono, o veto e o vácuo. Com exceção dos remanescentes do tempo da cátedra, os novos docentes não tinham contato com os cassados, não haviam sido seus alunos e, com surpreendente frequência, nem mesmo estavam interessados em sua obra. A ditadura conseguira quebrar a espinha dorsal da chamada “escola sociológica da USP”.

PRIMEIROS ESTUDOS: *Qual o significado da expressão geração órfã, presente na dedicatória de um de seus livros, Introdução crítica à Sociologia Rural (1981)? O senhor chegou a mencioná-la em outras oportunidades.*

JOSÉ DE SOUZA MARTINS: As cassações, que atingiram profundamente a Faculdade de Filosofia, interromperam uma história em andamento, tanto na pesquisa quanto no ensino quanto, ainda, nas orientações temáticas de cursos e pesquisas. Algumas coisas importantes aconteceram nesse período de suposto vácuo. Suposto vácuo porque as circunstâncias mudavam, a realidade propunha novos desafios e isso era particularmente verdadeiro aqui na USP e na Faculdade de Filosofia. Como é comum nas circunstâncias de ditaduras demoradas, o país não ficou esperando o retorno dos exilados nem a anistia dos cassados e perseguidos. Muitos intelectuais exilados imaginaram que o país não se movia sem eles. Movia-se. Ao retornar foram surpreendidos com o desenvolvimento da ciência e das artes. Em condições adversas, os desafios foram aceitos pelos que haviam ficado. O apelo que Florestan Fernandes fizera, em sua casa, na noite das cassações, em 1969, para que os membros de seu grupo não se demitissem em solidariedade nem se dispersassem, revelou seu pleno sentido por ocasião da anistia.

De vários modos, a geração órfã, a que fora privada da presença, da convivência e da orientação da madura geração que fizera a ponte entre a Missão Francesa e ela, conseguiu superar os obstáculos e superar-se. Foi aí que se revelou toda a força do denso curso de graduação de nossa formação no período anterior às cassações. As perguntas fundamentadas são as referências da ciência, do progresso do conhecimento. Quando houve as cassações, as perguntas científicas de uma era já haviam sido feitas e o código das respostas já havia sido assimilado. Isso, a repressão não podia cassar. Não se tratava de imitar, repetir e manter, mas de criar interpretativamente no marco de um código de produção de conhecimento que já dominávamos. Tudo dependia apenas da competência para ir adiante.

Nesse interregno, o governo federal criou os cursos de pós-graduação no Brasil inteiro e nós tivemos que nos adaptar, institucionalizando os nossos cursos. Nem havia como não fazê-lo. Passamos a receber um grande número de alunos das universidades federais e de outros Estados, que não tinham pós-graduação e precisavam do doutorado para implantação dos cursos de pós em suas universidades de origem. O que modificou o cenário estudantil, diversificou a demanda de conhecimento e forçou a ampliação do corpo docente com o recrutamento de recém-mes-

tres e recém-doutores para a graduação, já que os professores mais antigos estavam também na pós. Na Sociologia, Marialice Mencarini Foracchi, que faleceria em 1972, e Luiz Pereira, antigos assistentes de Florestan, desdobraram-se para assegurar a continuidade dos cursos de Sociologia com qualidade. Em outros cursos da Faculdade houve esforços semelhantes.

Em 1970, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras fora desagregada, os antigos departamentos de Física, Psicologia, Biologia, Química, Matemática etc tornaram-se autônomos e deram lugar a novos institutos. Sobraram apenas os cursos de Humanas e Letras, criando-se, então, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, um instituto residual e sem identidade. Estamos nesse impasse até hoje.

Todas essas mudanças introduziram uma acentuada descontinuidade, tanto na Sociologia quanto na Ciência Política. Na antiga Cadeira de Sociologia I, de Florestan Fernandes (que fora a Cadeira de Claude Lévi-Strauss e, depois, de Roger Bastide), havia uma articulação temática, na pesquisa, decorrente de um projeto de estudo que Florestan elaborara, *Economia e sociedade no Brasil*. Com as cassações, os projetos de pesquisa foram interrompidos ou reorientados. Pouca coisa teve continuidade. Eram temas marcados pelas possibilidades históricas do nacional-desenvolvimentismo, possibilidades que cessaram com o golpe de Estado de 31 de março de 1964. Alguns temas se tornaram obsoletos da noite para o dia. Apesar de teoricamente sólida e original, internacionalmente reconhecida e respeitada, a Sociologia brasileira que se fazia aqui na Faculdade, em torno de Florestan Fernandes, foi aos poucos sendo marginalizada em nome dos modismos, sobretudo europeus. Hoje pensamos o Brasil com uma cabeça estrangeira. Resistiram, justamente, de um modo ou de outro, os sobreviventes da geração órfã, cuja obra é o elo perdido entre o que fomos e o que agora somos. O grupo de Florestan nunca desdenhou a Sociologia oriunda dos países ricos, obras referenciais do pensamento sociológico. Ao contrário, era dela grande e respeitado conhecedor. Seus membros estavam muito familiarizados com essa Sociologia de referência, como se pode ver pelas citações fundamentadas que dela fazem. Não há como achar que uma Sociologia de província é boa Sociologia. Mas o grupo de Florestan tinha, também, o projeto histórico de criar, e estava criando, uma Sociologia enraizada, uma rejeição dos equívocos da Sociologia da cópia. Aliás, a Sociologia de imitação é melancolicamente provinciana, justamente por falta de enraizamento.

PRIMEIROS ESTUDOS: *Vamos, agora, falar sobre o campo da Sociologia, começando pelos clássicos. Para o senhor, o que é um autor clássico e por que alguns autores, na*

sua visão, adquiriram esse status? Qual a importância/relevância desses autores para o desenvolvimento da Sociologia?

JOSÉ DE SOUZA MARTINS: Um autor clássico é um autor imprescindível pela universalidade de suas formulações e inovações teóricas. O clássico é o único, o que abriu um caminho original de compreensão da realidade, de produção do conhecimento, definiu uma perspectiva nova, o que formulou problemas de indagação teórica numa perspectiva original e inovadora. Um “inventor” teórico, como Durkheim, Marx, Weber, Mannheim, Parsons, Nisbet, Lefebvre e outros mais. E aqui na província: Florestan, sem dúvida, Gilberto Freyre, Fernando Henrique, Octavio Ianni, Maria Isaura Pereira de Queiroz, autores reconhecidos fora do Brasil. São os autores das perguntas teóricas que provocaram uma inflexão no que se conhecia e no modo de conhecer, perguntas que ainda estão sendo respondidas, que ainda norteiam pesquisas e hipóteses.

PRIMEIROS ESTUDOS: *O senhor coordenou durante cerca de 12 anos um seminário sobre a obra de Marx. Esse seminário convergiu com a sua preocupação de recuperar uma metodologia de pesquisa marxiana para trabalhar em suas pesquisas. Conte-nos um pouco sobre essa difícil tarefa de apropriação de um clássico, como Marx, para refletir sobre temas pouco tradicionais dentro da Sociologia de inspiração marxista. Como conciliar a análise teórica e a investigação empírica nas Ciências Sociais?*

JOSÉ DE SOUZA MARTINS: Com as cassações de professores pela ditadura militar, abriu-se aqui na escola um território de invasão ideológica que se materializou numa cultura política supostamente de esquerda, proposta por partidos e militantes, sobretudo através de estudantes, como cultura acadêmica alternativa, como se a escola oficial fosse mero aparelho do Estado repressivo. Propunham o que Lukács denominou “marxismo vulgar”, um marxismo meramente conceitual e rotulador. Era uma orientação que desestimulava os alunos à leitura e às aulas. Vinha de autores de questionamentos que não favoreciam nem a pesquisa nem a indagação teórica. Frequentemente, pesquisadores foram colocados na defensiva para assegurar o andamento de seu trabalho científico. Tudo era recusado e vetado em nome de uma suposta e inevitável revolução iminente que cassava a legitimidade das ciências sociais, em particular da Sociologia. Essa contestação os alunos levavam para a sala de aula, convencidos de que os partidos clandestinos e as chamadas dissidências

tinham tanta legitimidade quanto a Universidade, na produção do conhecimento, e convencidos de que não havia um abismo entre conhecimento ideológico e conhecimento científico. O questionamento era impertinente. Marx não era uma novidade no curso de Ciências Sociais. Muito antes da ditadura Florestan e seu grupo já tratavam da obra de Marx na perspectiva científica e não na perspectiva ideológica.

Florestan fora um dos pioneiros, na literatura sociológica, a reconhecer a competência de Karl Marx como sociólogo, um autor a ser lido como teórico de Sociologia e não apenas nem necessariamente como ideólogo de revolução. Nesse caso específico, objeto de conhecimento e não autoridade em conhecimento. O reconhecimento de Marx como cientista social comparável aos clássicos das Ciências Sociais, que já estava proposto em *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, dos anos cinquenta, só aparecerá na Sociologia de autores renomados de outros países dez a vinte anos depois de formulado por Florestan Fernandes.

De fato Marx fora teórico da Sociologia e militante da política e nessa segunda condição autor de textos de ocasião, da militância e da circunstância. Portanto, uma obra com momentos e densidades bem definidos e desiguais. Não há como nivelar a obra marcada pelas diferenças significativas desses momentos. Marx sociólogo preocupou-se com o método de explicação e o método de investigação. Recorreu ao método técnico da história de vida. Interessou-se pela técnica do formulário e propôs até mesmo a “Enquete Ouvrière”, um formulário distribuído pelo correio aos informantes, técnica que se difundira na Sociologia americana. Mas nem tudo que escreveu é propriamente sociológico, embora mesmo os textos panfletários possam ser interpretados sociologicamente, como documentos das ideias políticas. O modo de ler Marx é proposto, por Florestan, no confronto com as orientações metodológicas alternativas de Durkheim e de Weber. Para Florestan, corretamente, Marx eram *um* sociólogo e não *o* sociólogo, autor de teoria cuja adoção depende do problema sociológico de investigação, isto é da pergunta teórica que o pesquisador se faça em função das peculiaridades do tema que investiga.

Eu havia me familiarizado com o método de Marx nos cursos de Fernando Henrique Cardoso e de Octavio Ianni, que na época participavam do famoso seminário de fim de semana sobre *O Capital*, organizado pelo Professor José Arthur Gianotti, do curso de Filosofia. A circunstância adversa, o questionamento da Sociologia em nome de um Marx mal lido e pior compreendido, o assédio ideológico ao curso, me estimularam a abrir na pós-graduação um seminário sobre a questão do método na

obra de Marx, aí por 1975. Fizemos em conjunto a leitura e releitura de boa parte da obra de Marx durante 12 anos, às sextas-feiras de manhã. Terminado esse período, o seminário sobre o método dialético teve continuidade na leitura de um marxista contemporâneo de envergadura clássica, Henri Lefebvre, o autor que fazia uma leitura propriamente sociológica da obra de Marx. O autor que trazia Marx cientista para o século XX. Lemos e analisamos boa parte da obra de Lefebvre nos seis anos seguintes. É Lefebvre quem propõe que a Sociologia marxiana é uma coisa e o marxismo é outra. Meu seminário não era sobre marxismo, mas sobre o método. Cheguei, aliás, a ter uma breve troca de correspondência com ele.

O seminário sobre o método dialético foi concluído em maio de 1993, com um grande Colóquio sobre “A aventura intelectual de Henri Lefebvre”, cujos trabalhos seriam por mim reunidos num livro⁴. O seminário tem tido repercussão até hoje. Não só contribuiu para a formação de um extenso número de docentes, nesta e em outras universidades, como também ganhou reconhecimento internacional, especialmente entre os lefebvrianos. Antigos participantes do seminário têm presença no conselho de redação e nas páginas da revista lefebvriana eletrônica *La Somme et le Reste*, publicada na França. O seminário foi destacado, recentemente, no livro de Lukasz Stanek, *Henri Lefebvre on space: architecture, urban research, and the production of theory* (2011).

Lefebvre dedicou especial interesse e atenção, na linha, justamente, da Sociologia marxiana e da Sociologia clássica, à pesquisa empírica e suas conexões com o trabalho teórico, à articulação entre método de investigação e método de explicação.

Sua obra interpretativa é toda marcada pela centralidade do empírico. Para realização das descobertas teóricas que estão nos fundamentos de seus livros sobre o espaço e a cidade, Lefebvre tornou-se motorista de táxi em Paris. Realizou observação participante, portanto. Sem pesquisa empírica, a Sociologia é mera especulação e com facilidade pode resvalar para a reles ideologia. Foi inovador ao trabalhar teoricamente e descobrir elementos explicativos na própria situação da pesquisa empírica, os analisadores-reveladores, e ao descobrir o caminho da conciliação entre investigação e explicação na própria realidade empírica, como momento do trabalho teórico.

⁴ *Henri Lefebvre e o retorno à dialética* (1996).

Sobretudo, sua interpretação marxiana do método dialético indicou o caminho metodológico que mantém juntos o empírico e o teórico, salvando-o das colagens artificiosas que remeteram a dialética para o mecanicismo anti-histórico. A formulação de Lefebvre foi devidamente ressaltada por Sartre em *Questão de método* (1979). Foi por essa via que Lefebvre desvendou as tensões entre produção social e reprodução social, a reprodução ampliada de capital como reprodução ampliada de contradições sociais. Portanto, abriu o caminho para a compreensão da cotidianidade e o reprodutivo e o âmbito desdobrado da revolução como revolução urbana e como revolução na vida cotidiana. Algo bem mais complexo e bem mais sociológico do que as quimeras esquemáticas que no marxismo oficial fizeram da revolução um jogo de palavras e uma arquitetura de conceitos. Lefebvre devolveu a revolução e a reiteração ao âmbito da práxis.

PRIMEIROS ESTUDOS: *Suas pesquisas abrangem diversas áreas, tais como Sociologia rural, Sociologia dos movimentos sociais, Sociologia visual e Sociologia da vida cotidiana. Que elementos dão unidade a sua obra, composta de temas aparentemente tão diversos?*

JOSÉ DE SOUZA MARTINS: O que dá unidade a minha obra é a investigação da historicidade nas diferentes manifestações da vida social, isto é, a identificação das condições e fatores da mudança social e da transformação social nos diferentes âmbitos da realidade, mesmo na realidade mínima e cotidiana. Ainda quando o objeto se propõe aparentemente desprovido de historicidade, de tensão e de contradição. Percorro um caminho de busca de uma concepção do objeto que não se fragmenta em face de perspectivas metodológicas dotadas de legitimidade própria e nesse sentido discrepantes. Oriento-me pela identificação do histórica e concretamente possível e dos obstáculos e cerceamentos à sua manifestação e realização. Dou continuidade, numa perspectiva peculiar, ao que foi o centro das preocupações teóricas e empíricas da chamada “escola sociológica de São Paulo”, que teve em Florestan Fernandes o centro e a referência. A dialética, no resgate de Lefebvre, foi fundamental para dar a dimensão de conjunto aos meus livros e artigos, mesmo os artigos de jornal, que publico semanalmente. Basicamente, interrogo a história e o possível que se escondem no cotidiano, no banal, no repetitivo e nas meras formas do aparente.

PRIMEIROS ESTUDOS: *Gostaríamos que o senhor comentasse um pouco sobre a gênese e as preocupações que o motivaram a escrever seus últimos livros, Uma arqueologia*

da memória social – autobiografia de um moleque de fábrica (2011) e A política do Brasil lúmpen e místico (2011).

JOSÉ DE SOUZA MARTINS: *Uma arqueologia da memória social* é minha autobiografia, relativa ao período que vai até meu ingresso na Universidade. Sempre achei esquemática, estereotipada e simplista a concepção que dos pobres e dos trabalhadores têm os acadêmicos e mesmo quem, não sendo acadêmico, na classe média fala em nome da classe operária e em nome dela reivindica. Sempre achei isso uma tremenda usurpação. Sendo alguém que viveu e trabalhou na roça e na fábrica, compreendi que minha história pessoal constitui um documento sociologicamente desconstrutivo das fantasias sobre o mundo do trabalho. Reconstruir e interpretar sociologicamente e sem preconceitos a história pessoal é algo que todos os profissionais das Ciências Sociais deveriam fazer. Especialmente os estudantes, como modalidade de autoidentificação sociológica, como modo de situar-se e ver-se objetivamente na trama dos processos sociais. Eu já havia usado material autobiográfico no livro sobre A aparição do demônio na fábrica (2008). Adolescente, testemunhara as tensões resultantes da aparição do diabo para operárias de uma das seções da fábrica em que trabalhava e que estavam relacionadas com inovações tecnológicas de impacto na organização e no ritmo do trabalho. Não há nada sobre isso na literatura de Sociologia do Trabalho, nada sobre o imaginário cotidiano do trabalhador. Descobri-me depositário de informações que se perderiam se não fossem registradas e analisadas. Foi o que fiz, como também fiz com a memória de cheiros, cores e ruídos, uma mediação sociologicamente importante na vida cotidiana e na reprodução social, na crise de transição para a modernidade, a consciência social dos odores, cores e ruídos como variante e integrante da consciência potencialmente política das mudanças sociais.

Já *A política do Brasil lúmpen e místico* (2011) incorpora, reedita e amplia *O poder do atraso (Ensaio de Sociologia da história lenta)*, livro que escrevi e concluí quando fui Professor da Cátedra Simon Bolívar, na Universidade de Cambridge, em 1993/1994. Estava para começar o governo de Fernando Henrique Cardoso, que foi professor de Sociologia aqui na Faculdade, como todos sabem, e era a primeira vítima da ditadura a chegar ao poder. Além de ser um intelectual de alto nível, expressão da intelectualidade que, a partir do fim da Era Vargas, contribuiria significativamente para a elaboração de um novo ideário político para o Brasil. Com ele, a mentalidade de uma nova geração de políticos iria, finalmente, governar o país. Mas,

desde o fim da ditadura militar, as forças politicamente conservadoras compunham o cenário e definiam o marco da governabilidade possível. Diferente do que pressupunha o voluntarismo fluido de vários grupos de esquerda, as condições políticas do exercício do poder não eram, como não são, estabelecidas necessariamente por quem recebe o mandato de governar.

Agora, no livro acrescido de outros e atualizados ensaios, retomo o tema, depois do governo de Lula e do PT, que se propunha a realizar as mudanças profundas que a esquerda preconizara antes do golpe militar e que supostamente não haviam sido viabilizadas durante o governo FHC. De certo modo, com os governos do PT, um ciclo da história política se completou e se consumou, oferecendo um quadro propício à sua compreensão sociológica do ciclo como todo e momento. Na verdade, os mesmos fatores e forças da resistência à mudança governaram e governam as decisões políticas do PT e de seus aliados. Pouca coisa mudou e muda, por força do que é próprio do processo histórico, regulado e mediado por aquilo que Lefebvre e Guttermann, em *La conscience mistifiée*, obra de 1936, definiram como o poder das formas, que se sobrepõe às formas do poder. O PT não realizou as reformas sociais associadas à sua ascensão política, tolhido pelas mesmas forças que cercearam o governo de FHC. O PT, sobretudo o PT católico, pretendia atuar em nome da população lúmpen e em nome de valores que são mais religiosos do que políticos. Não deu certo. O governo de Lula, e agora o de Dilma, recuou em relação à reforma agrária, compôs-se com o agronegócio e tem tido que governar na corda bamba da conciliação dos contrários.

Nesse sentido, há no livro um contraponto discordante à compreensão de André Singer, que foi porta-voz da Presidência da República e é professor de Ciência Política aqui na Faculdade, em trabalho recente, publicado na revista *Novos Estudos* do CEBRAP. A de que um segundo mandato para Lula, que as pesquisas de opinião eleitoral apontavam como improvável em face da crise do mensalão, tornou-se possível como decorrência inesperada do Bolsa-família. Ele não faz nenhuma referência ao fato de que a rede de distribuição do Bolsa-família foi montada por funcionários recrutados nas pastorais sociais da Igreja e vinculadas à poderosa ala católica do petismo e ao trabalho de base da Igreja nas regiões pobres e atrasadas. A resistência em reconhecer a crescente força política e manipuladora das igrejas, por parte dos cientistas sociais, é uma das omissões que aponto e questiono. O livro constitui uma contribuição à compreensão do Brasil real, cujo passado iníquo está vivo e governa

como um pesadelo a consciência dos vivos, como disse Marx a propósito de um tema político parecido.

PRIMEIROS ESTUDOS: *Prof. Martins, como o senhor pensa a tensão entre a unidade das Ciências Sociais e a especialização – crescente – das subáreas que compõem o curso? Tendo em vista a separação das áreas, dos departamentos, como garantir uma formação una em Ciências Sociais que não seja mera soma das partes?*

JOSÉ DE SOUZA MARTINS: As ciências sociais especializadas e tendentes à especialização cada vez maior constituem um fato que se observa em todas as partes. A fragmentação fica melancolicamente evidente nas reuniões periódicas dos profissionais das três áreas – Antropologia, Ciência Política e Sociologia. A supressão das pontes necessárias entre essas disciplinas, a rigor nascidas do mesmo ventre, mutila e reduz a concepção do social e do que é a própria sociedade. Curiosamente, no momento em que as outras ciências trabalham criativamente os nexos fecundos que possam ser estabelecidos entre elas, as Ciências Sociais fazem o contrário. Explodem as pontes da comunicação vital entre elas, como se fossem exércitos em retirada perseguidos por exércitos inimigos. Nas outras ciências, o encontro da genética com a engenharia abre horizontes e promove descobertas; o encontro da medicina com a física, a matemática, a química, cria campos de inovação no diagnóstico, no tratamento e na cura de doenças; o encontro da botânica com a genética vem revolucionando a agricultura e a indústria. Hoje os campos de encontro das ciências são áreas profissionais fecundas e reveladoras.

Nas Ciências Sociais, no entanto, a própria reunião anual da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais – que junta as três áreas, tende a ser um concerto dodecafônico, algo como o *Ensaio de Orquestra*, de Federico Fellini, apesar da animada e simpática convivência dos pesquisadores e docentes que ali se dá. Sem contar os distanciamentos, como o que houve em relação à Psicologia e à Psicanálise. E, num país marcado pelo desencontro de temporalidades, nosso distanciamento da História suprime, em nosso objeto de referência, uma determinação social que é o nervo do nosso possível.

No meu modo de ver, a especialização abriu caminhos e horizontes, mas fechou veredas e atalhos de compreensão dos muitos, pequenos e singulares aspectos de que o real é feito. Na verdade, levou os especialistas das diferentes áreas de Humanas a uma solidão danosa, falsamente superada pelos encontros festivos e ruidosos.

O declínio do interesse pela questão do método pode ser o responsável por essa perda das conexões entre âmbitos do conhecimento e abandono do pressuposto da totalidade na teoria e na pesquisa.

PRIMEIROS ESTUDOS: *Em algumas oportunidades, o senhor defendeu a necessidade do estudante de Ciências Sociais passar por um processo de ressocialização na faculdade. Comente um pouco sobre o porquê dessa necessidade e quais os prejuízos quando a faculdade e o curso não conseguem, de fato, ressocializar o estudante.*

JOSÉ DE SOUZA MARTINS: Assim como quem opta pelo curso de Psicologia precisa ser ressocializado para lidar profissionalmente com a alteridade e, nessa perspectiva, com o outro e consigo mesmo, também o estudante de Ciências Sociais precisa de ressocialização para compreender a diversidade social e as múltiplas singularidades que a caracterizam, muito além do marco da socialização que recebeu.

Hoje, no Brasil, o estudante de Ciências Sociais carrega o fardo da mentalidade e da visão de mundo da classe média, está alienado de sua própria sociedade, no geral cego para as diferenças que fazem do Brasil uma sociedade singular. O aluno deveria ser estimulado a descobrir-se como diferente e estrangeiro, como somos todos, para poder ver e compreender o quanto ele não é o todo e o quanto ainda desconhece a sociedade que se propõe a decifrar e compreender, o quanto o seu senso comum é limitado e limitante.

Num país como o Brasil, marcado por profundas diferenças culturais, históricas e sociais, há o enorme risco de uma compreensão meramente folclórica dessa diversidade e, portanto, de formarmos sociólogos do pensamento linear e unívoco, carentes da informação antropológica que nos permite saber e entender que somos diferentes não só dos franceses e chineses, mas também dos guarani do bairro de Santo Amaro, dos operários do ABC e dos moradores de rua.

Compreender a imensa diversidade do mundo atual é complicado e trabalhoso e nos compreendermos como sujeitos dessa diversidade é mais ainda. Não depende apenas da leitura de jornal, do bate-papo de boteco e da leitura de livros. Depende de uma certa renúncia provisória ao que somos, para nos exercitarmos na alteridade que nos ressocializa e abre os nossos olhos para ver o que até então não víamos nem podíamos ver. Para nos vermos “de fora” e “de longe” de nós mesmos, único meio de aprendermos a admitir a legitimidade de quem e do que não coincide com o modelito do nosso nascimento. Se conseguirmos nos ver como estranhos, estaremos

em condições de fazer o que toda Sociologia deve ser, uma ciência do estranhamento, para nos dotarmos da competência para lidar com a Sociologia como autoconsciência científica da sociedade, como propõem Hans Freyer e Florestan Fernandes. Aliás, de certo modo, isso é também durkheimiano.

Falar em classe operária não é suficiente para compreender sociologicamente a classe operária e a sociedade que por meio dela se constitui. Falar piedosamente no negro, nesta sociedade cheia de culpa pela escravidão do negro, mas sem nenhuma culpa pela escravidão genocida do índio, que cessou formalmente, mas não de fato, em 1755, e nenhuma culpa pela terceira escravidão, que se estende até nós, é antissociológico, pura hipocrisia pequeno-burguesa, porque a culpa não contempla superações. O reconhecimento de culpas desse tipo é bom para levar ao céu, mas é inútil na construção histórica e política da universalidade do genérico, do gênero humano. O antirracismo da culpa é racista e leva apenas a uma práxis maniqueísta e teatral, anti-histórica, perdida nos enganos da simulação. A práxis transformadora, revolucionária, como demonstra Henri Lefebvre, em *A Sociologia de Marx* (1979), e também Marx, em *A questão judaica*, só o é se orientada no sentido da universalidade que ao emancipar um o faz no marco da emancipação de todos. Ninguém poderá ser sociólogo, antropólogo ou cientista político se não passar por essa ressocialização libertadora.

PRIMEIROS ESTUDOS: *Qual a avaliação que o senhor faz do curso de graduação em Ciências Sociais? O que é preciso mudar e o que é preciso preservar e valorizar em nosso curso?*

JOSÉ DE SOUZA MARTINS: Aqui na Faculdade, o curso deve continuar no caminho da busca e da inovação, como é próprio da ciência. Mas precisa reencontrar-se com suas origens, reconquistar sua alma perdida, rever suas omissões e esquecimentos, desestrangeirizar-se, isto é, reaprender a ler os clássicos e os autores de referência, sem barreiras nem objeções ou preconceitos, para reencontrar o caminho da universalidade e da originalidade, fugir da cópia e da imitação, deixar de ser província, ampliar o elenco de suas inquietações, descobrir o Brasil, um país fascinante e problemático que precisa urgentemente de desvendamentos sociológicos. Como eu disse, numa aula magna na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em março deste 2012, eu reordenaria o curso de Ciências Sociais com grande ênfase em Antro-

pologia e Literatura. Se poder tivesse para fazê-lo, eu devolveria a poesia ao curso de Ciências Sociais.

Referências

- ANDRADE, J. C. (1961). *A árvore da montanha: poesias*. São Paulo, Fulgor.
- CANDIDO, A. (2010). *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul.
- CARDOSO, F. H. (1962). *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Difusão Européia.
- FERNANDES, F. (1959). *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo, Editora Companhia Nacional.
- _____. (2004). "As 'trocinhas' do Bom Retiro". In: _____. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo, Martins Fontes.
- FURTADO, C. (1959). *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- IANNI, O. (1956). "O samba de terreiro em Itu". *Revista de História*, n. 26, p. 403-426.
- _____. (1962). *Metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo, Difusão Européia.
- LEFEBVRE, H. (1979). *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro, Forense.
- LEFEBVRE, H.; GUTERMAN, N. (1936). *La conscience mistifiée*. Paris, Gallimard.
- LÉVI-STRAUSS, C. (2010). *Tristes trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- LINTON, R. (1987). *O homem: uma introdução à antropologia*. São Paulo, Martins Fontes.
- MARTINS, J. de S. (1963). "O Plano Trienal e a marcha da Revolução Burguesa". *Revista Brasiliense*, n. 49, São Paulo, set.- out., p. 41-52.
- _____. (1973). *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, Pioneira.
- _____. (1975). *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo, Pioneira.
- _____. (1994). *O poder do atraso: ensaios de Sociologia da história lenta*. São Paulo, Hucitec.
- _____. (2008). *A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo, Ed. 34.
- _____. (2010). *O cativo da terra*. 9ª edição. São Paulo, Contexto.

- _____. (2011). *A política do Brasil lúmpen e místico*. São Paulo, Contexto.
- _____. (2011). *Uma arqueologia da memória social – autobiografia de um moleque de fábrica*. São Paulo, Ateliê Editorial.
- MARTINS, J. de S. (Org.). (1981). *Introdução crítica à Sociologia rural*. São Paulo, Hucitec.
- _____. (Org.). (1996). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo, Hucitec.
- NORMANO, J. F. (1931). *The struggle for South America, economy and ideology*. Boston, Houghton Mifflin Company.
- _____. (1939). *Evolução econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- SARTRE, J. (1979). *Questão de método*. São Paulo, Difusão Européia.
- SIMPSON, G. G. (1967). *The meaning of evolution: a study of the history of life and of its significance for man*. New Haven, Yale University Press.
- STANEK, L. (2011). *Henri Lefebvre on space: architecture, urban research, and the production of theory*. Minneapolis, University of Minnesota Press.

**PRIMEIROS
estudos**